

O ARAUTO DO ATRASO

José Geraldo Pereira Baião (UnB)

RESUMO

Este artigo procura contrapor-se ao texto do jornalista Reinaldo Azevedo ("Restaurar é preciso; reformar não é preciso"), publicado na revista *Veja*, em sua edição de 12/09/07. Assumindo uma postura conservadora e preconceituosa, o articulista revela desconhecer uma obviedade latente: a de que a língua não se confunde com a ortografia e muito menos com a gramática normativa.

Palavras-chave: Preconceito lingüístico, Língua, Gramática Normativa.

Em recente artigo publicado na revista *Veja* ("Restaurar é preciso; reformar não é preciso"), o jornalista Reinaldo Azevedo (Azevedo, 2007: 98-99) critica a nova reforma ortográfica e, sobretudo, desanca acintosamente o ensino de português em nosso país. Para o controverso articulista, somos vítimas de uma "moda" que se "espalhou como uma praga e contribuiu para formar gerações de analfabetos funcionais". Com ares de quem detém a última palavra sobre o tema, o jornalista é categórico: "as escolas renunciaram à gramática e, em seu lugar, passaram a ensinar certa 'Comunicação e Expressão', pouco importando o que isso significasse conceitualmente em sua grosseira redundância. Na prática, o aluno não precisava mais saber o que era um substantivo; bastava, dizia-se, que soubesse empregá-lo com eficiência e 'criatividade' (...) As aulas de sintaxe cederam espaço à 'interpretação de texto', exercício energúmeno que consiste em submeter o que se leu a perífrases". Na visão de Reinaldo Azevedo, o pretensão descaso com a gramática normativa está na raiz dos males de nosso sistema educacional.

Primeiramente, é preciso dizer que o nosso iracundo articulista parece desconhecer uma obviedade latente: a língua não se confunde com a ortografia e muito menos com a gramática normativa! Em relação à ortografia, basta lembrar que muitas línguas (chamadas "ágrafas"), como várias línguas indígenas, não têm uma escrita e, nem por isso, seus usuários deixam de se comunicar proficientemente nessas línguas.

Já em relação à gramática normativa, Reinaldo Azevedo a identifica com "a língua" e postula a idéia, incrustada no senso comum, de que o domínio das regras gramaticais é pressuposto para o respectivo domínio do idioma. Mas, deve-se deixar bem claro, a gramática não é a língua! A língua é um processo interacional vivo e dinâmico, sempre em perpétua transformação, uma vez que viva e dinâmica é a sociedade que a criou e a recria cotidianamente em virtude de inúmeras demandas e contingências sociais, tecnológicas, científicas, artísticas, etc. A gramática normativa não passa de uma idealização, uma utopia de uma pretensa "língua" que se imagina "perfeita", "elegante" e "pura" – uma língua, enfim, encastelada no olimpo dos deuses, a que apenas alguns eleitos (Reinaldo Azevedo entre eles, claro!) teriam acesso. A gramática normativa, no entanto, não passa de um receituário (precário) de como a língua, na visão da elite, deveria ser e não como ela efetivamente é usada pela população no dia-a-dia.

Em seu texto, Reinaldo Azevedo escreve que "os nossos estudantes têm de ser bons leitores e bons usuários da língua formal. E isso se consegue com o ensino de uma técnica, que passa, sim, pela famigerada gramática". Os fatos, porém, contradizem nosso articulista, uma vez que grandes escritores de nossa literatura, autores de textos de não-ficção e jornalistas, por exemplo, não se mostram tão apegados assim ao rígido receituário gramatical. À guisa de exemplo, vejamos algumas "infrações" à gramática tradicional praticadas por profissionais da escrita:

a) o uso do pronome pessoal reto no lugar do pronome oblíquo (crime de lesa-pátria segundo nossos próceres gramaticais): "O bilhete está aqui na algibeira de cá, o senhor pode tirar *ele* outra vez" (Rosa, 2006: 77); "Faz mais de um ano que não vejo *elas*" (Torres, 2004: 35); "O que acontece de dia com as estrelas? O que faz *elas* brilharem?" (Gleiser, 11).

b) a não-concordância entre sujeito e verbo (outro "pecado mortal" para os gramatiquinhos de plantão): "Como aqui no boqueirão sempre *estava* sucedendo desgraças, ele dizia que a mãe-d'água morava na lagoa" (Alencar, 1980: 28); "Quando *se* comemorou os 500 anos da descoberta ou do achamento do Brasil, predominou na análise das matérias publicadas na mídia o critério de julgar o passa-

do com os valores do ano 2000" (Cony, 2007: E14); "Nunca *se tomou* tantos vinhos importados" (Paiva, 2007: D14); "Para não *faltar* peças, estas eram produzidas em excesso, gerando estoques" ("*Veja*", edição 2006, 02/05/07).

Os exemplos são inesgotáveis, mas não se vai arrolá-los todos aqui, primeiro, porque não é o objetivo deste texto e, segundo, porque não se quer cansar o leitor. (Para quem se interessar em entender por que os falantes empregam as estruturas citadas nos trechos "a" e "b" acima, basta procurar os textos acessíveis de sociolinguistas como Marcos Bagno e Sírío Possenti, entre outros tantos pesquisadores brasileiros).

O fato é que os casos que a gramática tradicional rotula como "erros" constituem verdadeiras sistematizações lingüísticas incorporadas pelos usuários do idioma – tratando-se, portanto, de legítimas regras gramaticais não contempladas pela gramática tradicional, uma vez que esta se prende a modelos arcaicos de construções lingüísticas que praticamente ninguém mais usa hoje em dia.

Ao lado desse ranço autoritário na imposição de regras ex-temporâneas e ineficazes que não são efetivamente usadas pela imensa maioria dos falantes, a gramática normativa também apresenta inúmeras inconsistências teóricas, como, por exemplo (entre tantos outros):

a) classificar os verbos das sentenças seguintes como "impessoais": "Havia pessoas na sala", "Faz calor aqui", "Era bem cedo". Vejam a contradição: a gramática tradicional classifica tais verbos como "impessoais", mas eles estão na 3ª pessoa!

b) conceituar o sujeito de uma oração como "o ser sobre o qual se faz uma declaração" (Cunha; Cintra, 2001: 122). Por essa definição, numa sentença como "No estádio da minha cidade cabem 40.000 torcedores" deveríamos classificar como sujeito o termo "estádio da minha cidade", pois é sobre ele que se faz uma declaração. No entanto, sabe-se que o sujeito, por concordar com o verbo, é o termo "40.000 torcedores"!

Vê-se, assim, que a idéia tão difundida da gramática normativa como o repositório completo, coerente e definitivo da língua não passa de uma falácia engendrada por uma elite socioeconômica que

quer a todo custo impor a sua modalidade lingüística como a única "correta" e digna de prestígio – postura elitista e excludente, já que desconsidera todas as outras modalidades lingüísticas efetivamente empregadas pela maioria esmagadora do povo brasileiro. As modalidades não-padrão da língua, no entanto, apresentam regras específicas de estruturação gramatical já exaustivamente descritas pela ciência lingüística (ótima leitura a esse respeito é o delicioso livro do eminente lingüista Marcos Bagno (Bagno, 2007), "Nada na língua é por acaso", que procura demonstrar justamente isto: que tudo o que o falante diz não é por acaso, mas apresenta regularidades surpreendentes).

Os gramáticos tradicionalistas e seus arautos de plantão, muitas vezes a serviço da grande indústria editorial, vivem a apregoar a "ruína" da língua de Camões, esquecendo-se de que o próprio Camões foi um revolucionário em relação à língua portuguesa culta de seu tempo. Os defensores da língua "pura" e "eskorreita" culpam, sobretudo, os lingüistas, considerados como uns esquerdistas de meia-pataca para quem tudo o que o povo (no sentido mais pejorativo possível!) fala "está certo". Na visão dos catastrofistas de plantão, os lingüistas apregoariam uma espécie de "vale-tudo" na seara da linguagem. Mas a questão é que a Lingüística não procura "justificar o erro", mas sim fundamentar teoricamente o uso, sem preconceituações quanto à classe social do falante. Que fique bem claro: o preconceito lingüístico é, antes de tudo, um preconceito social. O preconceito lingüístico nada mais é do que um preconceito de classe, pois se discrimina subliminarmente (e às vezes escancaradamente) não a modalidade lingüística mas o sujeito que a utiliza. Trata-se, portanto, de mais um fator de exclusão social em meio a tantos outros existentes em nossa sociedade.

O preconceito lingüístico está aí, vivo e forte, quando a mídia e seus ilustrados articulistas ridicularizam a fala do presidente Lula, por exemplo. Na verdade, ao focarem as "gafes" lingüísticas de Lula, acabam também por desdenharem da fala de praticamente todo o povo brasileiro, visto como um bando de "caipiras", expressão usada pelo nosso ex-sociólogo-presidente, este, inclusive, mais afeito à língua de Flaubert, muito mais "chique" e "civilizada" do que a falada pelo nosso populacho aqui nos trópicos.

A questão é que, ao contrário do que faz supor o senso comum (por influência do discurso hegemônico da gramática normativa, difundido também pela mídia), a língua não é um sistema abstrato, homogêneo e imutável a pairar incólume e acima das contingências do dia-a-dia. Qualquer sistema lingüístico apresenta uma enorme variabilidade em seu uso concreto nos mais diversos eventos discursivos, e essa variabilidade não é um fenômeno esporádico, eventual, assistemático e muito menos constitui "erro", mas sim representa um processo intrínseco e constante de todas as línguas e que se adapta às inevitáveis transformações pelas quais passa a sociedade. A variação é da essência dos sistemas lingüísticos em geral, o que descarta a hipótese de uma língua uniforme e imutável, cuja existência prescindiria de uma comunidade lingüística concreta e historicamente situada.

Reinaldo Azevedo também parece não conhecer absolutamente nada das diretrizes educacionais estabelecidas pelo MEC. Acha um absurdo a escola trabalhar a "comunicação e expressão" do estudante; critica o "uso criativo" da língua; diz que Paulo Freire (1921-1997), um dos nossos maiores educadores, reconhecido internacionalmente por suas inovadoras idéias e práticas pedagógicas, não passa de um "esquerdista que prestou um desserviço gigantesco à causa" ao exaltar o "universo do educando". Só por essas palavras deselegantes, superficiais e obscurantistas dá para se ter uma idéia de como nosso articulista encara a Educação. Hitler e Stálin adorariam ter como Ministro da Educação uma pessoa que proferisse as seguintes palavras: "As aulas se transformaram em debates, em que o aluno é convidado (santo Deus!) a fazer colocações e a se expressar". Para Reinaldo Azevedo, o aluno ideal deveria ficar sempre calado, seria desprovido de sua história pessoal e só recitaria Camões.

Por falar em Stálin, nosso articulista finalmente conseguiu vislumbrar um lado positivo no ditador soviético: "Stálin era metido a lingüista. Num rasgo de consciência, é dono de uma frase interessante: 'Fizemos a revolução, mas preservamos a bela língua russa'." Os grandes ditadores sempre advogaram a eugenia lingüística. Hitler orgulhava-se da imponente língua alemã, Stálin envaidecia-se da bela língua russa, Reinaldo Azevedo é o arauto da castiça e impoluta "última flor do Lácio".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCAR, José de. *O tronco do ipê*. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1980.
- AZEVEDO, Reinaldo. Restaurar é preciso; reformar não é preciso. **In:** *Veja*. São Paulo: Abril, ed. 2025, ano 40, nº 36, 12/09/07.
- BAGNO, Marcos Araújo. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação lingüística*. São Paulo: Parábola, 2007.
- CONY, Carlos Heitor. *Folha de S. Paulo*, 20/04/07.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- GLEISER, Marcelo. *Folha de S. Paulo*, 04/02/07.
- PAIVA, Marcelo Rubens. *O Estado de São Paulo*, 28/04/07, Caderno 2.
- ROSA, João Guimarães. *Corpo de baile*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.
- TORRES, Antônio. *Essa terra*. 18ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.